

O DIREITO À EDUCAÇÃO E À ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Maria Cecília Marins de Oliveira¹
Cristiane Cardoso Heckert Neves²

RESUMO: O presente trabalho visa estudar o desenvolvimento do “Projeto Nossas Meninas”, implementado pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Cidade de Campo Largo, PR, voltado para o atendimento de meninas de 6 a 12 anos, em situações de vulnerabilidade social, considerando entre outros aspectos, questões de ordem familiar e econômica. O Serviço Social objetiva proteger as meninas e estimular o convívio e o fortalecimento de vínculos entre elas e a sociedade em geral. A metodologia contou com as etapas de desenvolvimento de ‘estudo de caso’, no qual o “Projeto” é o foco principal, considerando os fatores intervenientes e as informações obtidas no material bibliográfico e livros de orientação básica para o trabalho social, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 12 anos, que fundamentaram o estudo. A pesquisa de campo contou com relato de experiência, observações, aplicação de questionário e entrevistas, para conhecer e compreender o trabalho assistencial e pedagógico desenvolvido no espaço destinado ao atendimento das meninas.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Nossas Meninas. Vulnerabilidade Social. Assistência Social. Desigualdade Social.

ABSTRACT: This article aims to study the development of “Projeto Nossas Meninas”, implemented by the Municipal Social Welfare of Campo Largo-PR, facing service for girl from 6 to 12 years old, in socially vulnerable situations, considering others aspects, such as familiar and economic matters. The Social Service aims to protect the girls and stimulate living together and strengthening links between them and society in general. The methodology had steps of development of “case study”, in which the “Projeto” is the main focus, considering the facts involved and the information obtained in bibliographic material and books of basic orientation to social work, National typifying of Social Assistance and Technical Orientation about Coexistence Service and Strengthening Links for children from 6 to 12 years old, that grounded the article. The field research had an experience report, observations, questionnaire and interviews, to know and understand the assistance and pedagogic work developed in the space designed to serve the girls.

KEY-WORDS: Projeto Nossas Meninas. Social vulnerability. Social assistance. Social inequality.

¹Doutora em Educação, pela Faculdade de Educação da Universidade da Universidade de São Paulo, Mestre em História do Brasil, pelo Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Especialista em Andragogia, PUCPR. Líder do Projeto de Pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Curso de Direito do Centro Universitário Campos de Andrade, Uniandrade. Professora, Pesquisadora e Orientadora da Graduação e Pós-Graduação da Uniandrade e da Faculdade CNEC Campo Largo, Facecla, Paraná.

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade CNEC Campo Largo, Facecla, Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudo do Curso de Pedagogia da Facecla, Paraná.

1. Introdução

A questão da vulnerabilidade social é muito mais complexa do que pode parecer em um primeiro momento. Isso porque a situação enquadra-se no contexto da atual sociedade pós-moderna capitalista, após o impacto gerado com o desenvolvimento das tecnologias de informação, em meio à globalização dos meios de comunicação e, notadamente, em meio à globalização econômica com forte repercussão no mercado mundial.

Embora tal questão tenha se tornado alvo de debates e discussões nos meios políticos nacionais e internacionais, nos últimos tempos, a vulnerabilidade social é um longo processo histórico, gerado pela exclusão de pessoas e grupos, em razão de crises econômicas, baixos níveis de educação, condições geográficas, catástrofes, guerras, falta de comprometimento de governos entre outras situações (SIGNIFICADOS DE [...], 2014).

As crises econômicas, o precário atendimento por órgãos do governo, falta de emprego e baixos salários criam a denominada ‘zona de risco’ que ocasionam o surgimento de quadros de vulnerabilidade social que se constitui um sintoma de impacto negativo, na estrutura de uma sociedade cujos órgãos públicos e instituições privadas têm sobre as comunidades e os indivíduos.

A questão vai mais além, envolvendo o âmbito familiar, no qual a desagregação e a desestruturação da composição familiar atingem seus membros. Pais que abandonam mulher e filhos, mulheres que se prostituem, pais e mães que se envolvem em bebida e droga abandonando os filhos à própria sorte, chegando, até mesmo, à degradação humana. Ou mesmo, mães que se vêm obrigadas a deixar seus filhos sozinhos para buscarem o sustento para si e os filhos.

Num quadro social pouco edificante, muitas mães buscam socorro em instituições públicas e privadas que possam proporcionar ambiente de acolhimento e aprendizagem para os filhos, conforme orientações estabelecidas pelas instituições, voltadas para prestarem assistência social e pedagógica à crianças de 6 a 12 anos.

A vulnerabilidade social é resultado da desigualdade social originária de fatores conjunturais de ordem política, econômica e ética que afetam o meio social, gerando acentuado desequilíbrio nas condições de vida de indivíduos de uma sociedade. Com forte reflexo no ambiente social, a desigualdade atinge principalmente as camadas sociais de baixa renda, constituídas, de maneira geral, por indivíduos de fácil manipulação e envolvimento para o cometimento de atos e condutas indevidas e ilícitas. Essas questões

tornam-se problemáticas quando atingem o meio familiar sem condições econômicas, emocionais e afetivas para amparar e orientar familiares, jovens e, notadamente, crianças.

O trabalho foi desenvolvido no Grupo de Pesquisa e Estudo do Curso de Pedagogia da Faculdade CNEC Campo Largo, Facecla, interligado ao Projeto de Pesquisa do Núcleo de Estudos do Curso de Direito do Centro Universitário Campos de Andrade, Uniandrade.

O tema concentrou-se no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por meio do “Projeto Nossas Meninas”, implementado pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Campo Largo, que atende meninas de cinco a doze anos, no contra turno escolar, que vivem em situações de vulnerabilidade social. O Serviço visa oferecer proteção e proporcionar novas oportunidades e perspectivas de vida às crianças, uma vez que a infância guarda grande importância, por ser a fase da vida de suma relevância para o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo do ser humano. A finalidade do Projeto ao oferecer novas perspectivas a essas crianças é o de interferir no seu cotidiano, tentando afastar, tanto quanto possível, situações que impeçam o crescimento saudável e integral.

A metodologia empregada contou com as etapas de desenvolvimento de ‘estudo de caso’, no qual o foco principal foi o “Projeto Nossas Meninas”, levando-se em consideração os fatores que intervêm nesse processo, bem como o levantamento de material bibliográfico e livros de orientação básica assistencial, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 15 anos, bem como legislação, notadamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e pesquisa de campo.

O estudo de caso, afirmam Lüdke e André (1986, p. 18), apresenta características que lhe estão associadas, como a descoberta que “[...] se fundamenta no pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente.” Ainda, afirmam as autoras (1986, p. 18-19) que a interpretação do contexto torna-se necessária, tendo em vista que a compreensão do problema está relacionada à situação específica, na qual se insere a problemática estudada, possibilitando ao pesquisador recorrer a uma variedade de dados, oriundos de informações respaldadas no material bibliográfico, em observações, na aplicação de questionários e no resultado de entrevistas.

Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com a Coordenadora do Projeto e a Secretária de Promoção Social, havendo também a aplicação de questionário com as

orientadoras sociais e a estagiária, com o propósito de coletar dados sobre questões sociais, pedagógicas e concepção do Projeto.

O trabalho foi estruturado em subtítulos, procurando trazer conceitos, concepções e explicitações, além dos resultados obtidos nas entrevistas e levantamento de dados dos questionários aplicados.

2. Desigualdade e vulnerabilidade sociais.

A desigualdade e a vulnerabilidade são problemas sociais que afetam a população em geral e, notadamente, as crianças. No Brasil, a desigualdade e a vulnerabilidade social são resultantes da grande desigualdade social e econômica que afetam a maioria da sociedade brasileira.

Bezerra (2013) afirma que a desigualdade social é histórica e se dá por conta do capitalismo, uma vez que esta desigualdade não é agradável e a remete à sociedade globalizada. Nesse sentido o autor questiona (2013, p. 5), “Como pode ser normal existir pessoas que vivem totalmente sem nada, totalmente subordinadas ao sistema?”

Ainda, volta a afirmar Bezerra (2013, p. 2-3):

A desigualdade social, utilizando poucas palavras, resume-se em muitos com pouco e poucos com muito, essa realidade é apresentada de forma histórica a partir do momento em que se pensa e se busca um desenvolvimento, porém esse desenvolvimento atrelado ao sistema capitalista engendrou e permitiu que a sociedade seguisse rumos antagônicos e diversificados.

Bezerra (2013, p. 2) define desigualdade como “algo que é ou se tornou desigual, diferente do que era antes e que por algum motivo aderiu a um caráter diferenciado”. O autor comenta que a sociedade capitalista é dividida em classes e que uma depende da outra para manter o desenvolvimento, havendo a subordinação e a exploração continuada. Este cenário mostra que há ricos e pobres e que eles estão separados. Aos pobres, muitas das vezes, é oferecido o mínimo e aos ricos cabe manter o desenvolvimento nessa exploração continuada do trabalhador. Diante desta realidade podem-se ver pessoas à margem da sociedade, como descreve Bezerra (2013, p.4):

[...] é comum encontrar nos grandes centros urbanos grandes casos de exclusão e marginalização social, onde se depara com famílias, crianças, homens e mulheres que convivem diariamente com o mínimo possível é comum; com isso esses grupos de pessoas, portanto, sujeitam-se a uma vida inferior tendo que se submeter aos demais pedindo esmolas, vendendo objetos de pouco valor, buscando ganhar “trocados” ao limpar carros nos sinais, catando produtos

recicláveis para vender por um preço baixo, utilizando muitas vezes o que foi jogado no lixo como forma de alimento.

Wlodarski e Cunha (2005) defendem a ideia de que a desigualdade no Brasil não decorre da falta de riqueza e sim da desigualdade na distribuição desta riqueza, uns tem muito e a maioria tem pouco, e há aqueles que não têm praticamente nada para viver. Wlodarko e Cunha (2005, p. 6) ainda sustentam que, “[...] no Brasil, a existência da pobreza não ocorre devido à falta de recursos e sim da desigual distribuição destes. Entendendo, que o Brasil é um país rico, porém, com maiores índices de desigualdade do mundo.”

Os autores, Wlodarski e Cunha (2005), asseguram que a pobreza, no Brasil, é concebida pelo resultado da atuação do próprio homem, que medita, define e comanda a história vivida, permitindo, assim, que sejam oferecidos os mínimos níveis para um indivíduo viver, ou melhor, sobreviver na sociedade, onde uns têm muito, outros têm pouco ou quase nada.

Para Gomes e Pereira (2005, p. 359) “O Brasil não é um país pobre, e sim um país desigual”, concordando desta forma, com as ideias citadas anteriormente. Para Godinho (2011, p. 2) esta desigualdade econômica não é um problema só do Brasil, ela está presente em todos os países, “[...] seja em países desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.” Percebe-se, portanto, que para os autores esta realidade está presente no Brasil, como também em outras partes do mundo, gerando considerável desigualdade social e econômica entre as pessoas.

Uma vez que a riqueza se concentra em poucos indivíduos, a maioria da população são os pobres que, para manter o capitalismo, vendem sua força de trabalho ao preço que os donos das empresas querem pagar. Desta forma, o capitalismo permanece e a desigualdade também, pois para a existência do capitalismo é necessário que tenha quem se sujeite a vender sua força de trabalho.

De um lado tem-se a desigualdade social resultante da exploração econômica vivida por grande parte da população trabalhadora, gerando a má distribuição de renda e riqueza existente no País. De outro lado, consequência da desigualdade, tem-se a questão da vulnerabilidade que passa a ser compreendida quando associada aos contextos histórico-sociais, nos quais se busca analisar e interpretar as condições das camadas sociais de baixa renda, em situações precárias de vida ou de sobrevivência, evidenciando a estreita relação entre desigualdade, vulnerabilidade e risco.

Yunes e Szymanski (2001, apud JANCZURA, 2012, p. 302-303) ressaltam, por sua vez, que a relação entre vulnerabilidade e risco ocorre porque a vulnerabilidade somente acontece quando o risco está presente, pois não havendo risco, a vulnerabilidade não tem efeito. As autoras ainda comentam que o conceito de vulnerabilidade “[...] foi formulado nos anos de 1930 pelo grupo de pesquisa de L. B. Murphy, que acabou por definir como ‘suscetível à deterioração de funcionamento diante do estresse.’” As pesquisas apontaram diferenças das vulnerabilidades das crianças, tendo em vista as “[...] as complexas interações entre as vulnerabilidades, as forças individuais, o ambiente e a presença ou não de suporte social.”

Oliveira (1995, apud JANCZURA, 2012, p. 303) afirma que

[...] os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população brasileira situados na linha de pobreza” além de considerar que ‘nem todos os vulneráveis são indigentes’, pois entende que além dos indigentes, muitos grupos sociais que se encontram acima da linha da pobreza também são vulneráveis.

Dáí porque definir economicamente a vulnerabilidade social considera Oliveira (1995, apud JANCZURA, 2012, p. 303) é ‘insuficiente e incompleta’, tendo em vista que

[...], em primeiro lugar, não especifica as condições pelas quais os diferentes grupos sociais ingressam no conjunto dos indivíduos ou grupos vulneráveis. Em segundo lugar, há indivíduos vulneráveis entre os índios, os negros, as mulheres, os nordestinos, os trabalhadores rurais, tanto assalariados quanto aqueles ainda na condição de posseiros, meeiros, as crianças em situação de rua, a maioria dos deficientes físicos, entre outros segmentos populacionais.

Desta maneira depreende-se que resolver ou atenuar questões de vulnerabilidade reside, basicamente, no econômico, uma vez que os indivíduos ou grupos sociais tornaram-se vulneráveis pela ação de outros agentes sociais, afirma Oliveira (Ibidem). As políticas sociais públicas tentam minimizar as vulnerabilidades, sem esgotar, porém as ações que se situam no campo dos direitos individuais e sociais. Os vulneráveis constituem parcela significativa da sociedade brasileira, grupos de indigentes e pobres, sujeitos ao mecanismo que produz a vulnerabilidade, o mercado de força de trabalho. Retoma-se então a implícita relação entre economia e vulnerabilidade, na qual as carências sociais passem a se configurar no terreno dos direitos sociais.

Direitos e cidadania são conceitos contemporâneos que implicam promover as habilidades dos indivíduos e da coletividade em compreender, analisar, refletir e conscientizarem-se sobre o mundo que os cerca, interagindo, tornando-se um agente e membro de grupo participativo e criativo e, portanto, gerando desenvolvimento pessoal e social. A tendência entre os pesquisadores na área da criança e do adolescente é a ênfase nos potenciais e nas habilidades das crianças,

dos adolescentes, das suas famílias e das comunidades, ao invés das carências, das faltas ou das deficiências. Esses pesquisadores tiram do foco a noção de risco, comumente atrelada às famílias pobres, e passam a valorizar os aspectos preventivos e as formas de promoção do desenvolvimento integral de seus filhos (BARKER; RIZZINI, 2002).

Tanto assim que Rosângela Janczura (BRASIL, 2004 apud 2012, p. 302) comenta que o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) é elaborado

[...] a partir de uma visão social de proteção, que supõe conhecer os riscos e as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos os destinatários da Assistência Social. Como a própria política nacional menciona, é no cotidiano da vida das pessoas que riscos e vulnerabilidades se constituem.

Dessa forma, Carneiro e Veiga (2004, p. 10) concluíram que “[...] vulnerabilidades e riscos remetem às noções de carências e de exclusão.” A falta de recursos materiais e de perspectivas de vida impede pessoas, famílias e, mesmo, comunidades a enfrentarem os riscos a que estão submetidas, sem capacidade de criar estratégias que permitam garantir maior segurança pessoal e coletiva.

A implementação de políticas públicas favoráveis à inclusão da população marginalizada pela carência de condições de vida possibilita, aos poucos, recuperar a estabilidade econômica e social de segmentos da sociedade dando-lhes dignidade e perspectivas de melhores condições de vida.

A melhoria de condições materiais de segmentos da população viabiliza a inclusão e o acesso aos

[...] serviços públicos básicos (educação, saúde, habitação, nutrição, segurança pública, justiça, cultura e recreação) para esses grupos desenvolverem sua competência, autonomia, autodesenvolvimento e capacidade de ação. [...] os riscos e as vulnerabilidades emergem de uma multiplicidade de fatores interdependentes. Estratégias para reduzi-los e ampliar a inclusão requerem ações em várias frentes, exigindo o planejamento para que elas sejam executadas de forma integrada e complementar (Carneiro; Veiga, 2004, p. 12).

Yunes e Szymanski (2001, apud JANCZURA, 2012, p. 305) ainda fazem considerações a respeito da vulnerabilidade, dizendo que,

A vulnerabilidade aparece também nas análises do conceito de resiliência. No contexto dos estudos sobre resiliência, a vulnerabilidade é um conceito utilizado para definir as susceptibilidades psicológicas individuais que potencializam os efeitos dos estressores e impedem que o indivíduo responda de forma satisfatória ao estresse. Yunes e Szymanski (2001) definem, ainda, que o termo implica alterações aparentes no desenvolvimento físico e/ou psicológico de uma pessoa que se submeteu a situações de risco, as quais podem torná-la suscetível e propensa a apresentar sintomas e doenças. Segundo as mesmas autoras, a vulnerabilidade diz respeito à predisposição individual para o desenvolvimento de psicopatologias ou de comportamentos ineficazes em situações de crise. Essas autoras reiteram que a vulnerabilidade não se refere apenas a predisposições genéticas, pois condições como baixa autoestima, traços de personalidade e depressão são frequentemente descritas como vulnerabilidades.

Embora a vulnerabilidade configure-se como condição do estado de vida vivido por pessoas e comunidades, afetando situações materiais de sobrevivência resultante da desigualdade econômica e social, afirma-se também que a vulnerabilidade atinge condições imateriais, subjetivas, de caráter psicológico que se retratam nas pessoas, por meio de depressões, baixa autoestima e traços de personalidade, como afirmam Yunes e Szymanski (2001, apud JANCZURA, 2012, p. 305-306).

As pessoas afetadas por precárias condições materiais de vida e sobrevivência acabam por apresentar sinais de condições imateriais, subjetivas, de caráter psicológico, tendo em vista a vivência em condições mínimas que gera angústia, depressão e outros sérios sintomas psicológicos. Por esta razão, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, mantido pela Secretaria de Assistência Social do Município de Campo Largo, conta com o trabalho de coordenação, orientadoras e estagiárias que atuam diretamente com as meninas, além de assistentes sociais da Secretaria, psicóloga e pedagoga.

3. A vulnerabilidade ou as vulnerabilidades infantis.

As Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2010, p. 17) ampliam ainda mais o conceito de vulnerabilidade, afirmando que a vulnerabilidade social é resultado de “[...] fatores biológicos, políticos, culturais, sociais, econômicos e pela dificuldade de acesso a direitos, que atuam isolada ou sinergicamente sobre as possibilidades de enfrentamento de situações adversas.”

Essas situações proporcionam, conforme Cegalla (2005, p. 880), a “possibilidade de ser atingido”, sem proteção. Esta falta de proteção está ligada a fatores externos, como associa Rizzini *et al* (2010, p. 32-33):

- 1) Vulnerabilidade associada a condições precárias.
- 2) Vulnerabilidade em relação ao contexto familiar.
- 3) Vulnerabilidade associada à violação do direito à educação.
- 4) Vulnerabilidade associada ao trabalho infantil.
- 5) Vulnerabilidade associada à violação do direito à saúde.
- 6) Vulnerabilidade associada à exposição à violência.

Diante destes fatores, constata-se que a vulnerabilidade vem acompanhada de várias situações, como as que Rizzini *et al* associa. A pobreza ou ao que Rizzini *et al* denomina de “condições precárias”, conforme Gomes e Pereira (2005, p. 359), é a falta de

condições de recursos para sobrevivência. “Estes recursos são água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania”, os quais são necessários para permitirem uma condição íntegra de vida ao indivíduo.

O “contexto familiar” em que a criança está inserida pode ser proveniente de uma família desestruturada ou pobre, influenciando para que a vulnerabilidade esteja presente. Gomes e Pereira (2005, p. 359) declaram que “[...] para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade”. Os autores acrescentam (2005, p. 360) “A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego”.

Já a “violação do direito a educação” que é a negação do direito que a criança tem de frequentar a escola, com a finalidade de obter conhecimento científico e sistematizado, caracteriza-se em ser uma vulnerabilidade quando, por algum motivo, o direito à educação é negado à criança. Como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 53, “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990).

O “trabalho infantil”, crime diante da lei, ECA, previsto no art.60, determina que “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade” (BRASIL, 1990). Sendo assim a criança deve ter protegido o direito de educação e desenvolvimento, não estando submetida a nenhum tipo de trabalho, pois o trabalho, conforme Rizzini *et al* (2010), ocasiona problemas de saúde prejudicando o desenvolvimento da criança, além de afastá-la da escola e do momento da vida em que devia estar aprendendo e se socializando com outras crianças da mesma idade. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2010) definem que o trabalho infantil está em queda no Brasil, contudo é preciso ter fiscalização e políticas públicas, a fim de estabelecer a total erradicação do trabalho infantil. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2010, p. 23) apontam que,

Em 2004, 5,3 milhões (11,8%) de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhavam no Brasil e, em 2006, esse número era de 5,1 milhões (11,5%). Em 2007, era de 4,8 milhões, em 2008, era de 4,5 milhões e, em 2009, caiu para 4,3 milhões. Entre 1998 e 2009, o número de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando caiu de 6,5 milhões para 4,3 milhões, portanto uma redução de 2,2 milhões (33,85%).

A “violação do direito da saúde” significa a negligência do acesso a recursos médicos, quando necessário, por parte de quem cuida da criança. O ECA, arts. 4º e 7º, traz como direito este acesso, sendo responsabilidade das políticas públicas a gratuidade e a prioridade ao atendimento a crianças.

A “exposição à violência”, conforme Algeri e Souza (2006, p. 3) “[...] abrange conceitos específicos de violência física, psicológica, sexual e de negligência”. Para Abramovay (2002, p. 12)

A violência é, cada vez mais, um fenômeno social que atinge governos e populações, tanto global quanto localmente, no público e no privado, estando seu conceito em constante mutação, uma vez que várias atitudes e comportamentos passaram a ser considerados como formas de violência.

A violência física com a criança caracteriza-se quando algum tipo de castigo físico é aplicado. De acordo com Santana e Camargo (2005, p. 50), castigo físico constitui-se em “[...] toda e qualquer ação não acidental, única ou repetida, que produz dano físico ou lesão corporal, através de castigo, surras, açoites etc.” A Lei 13.010/14¹, no art. 18 A, § único, inciso I, define que “[...] é castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: a) sofrimento físico; ou b) lesão.” Portanto, é inadmissível que na sociedade moderna, ainda haja quem dê tratamento a crianças com castigos ou agressões.

A vulnerabilidade psicológica é quando a criança padece com ameaças ou subornos ou pressão psicológica, como afirmam os autores Santana e Camargo (2005, p. 50), “configura-se pela rejeição, subestima, isolamento, exigir da criança além do que pode apresentar para levá-la a construir ideias negativas sobre si e o mundo.”

A sexual é quando a criança é abusada sexualmente por outra pessoa. Dornelas e Coelho (2012) relatam que esta ação pode ocorrer dentro da própria família ou como um ato comercial, o agressor se satisfaz com a criança e paga para usá-la, como mercadoria. A própria família desestabilizada proporciona a entrada para a violência, sexual ou não, que pode ser das pessoas que fazem parte da família ou dos próximos ao lar. Para Santana e Camargo, (2005, p. 50) a violência sexual “é o ato ou jogo sexual praticado por pessoa em estado psicossocial superior ao da criança ou do adolescente.”

¹ Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.

E a vulnerabilidade por negligência, conforme Santana e Camargo, (2005, p. 50) é “não dispensar à criança ou ao adolescente os recursos materiais e afetivos para suprir suas necessidades, quando há condições para tal.”

Para Algeri e Souza (2006) a violência pelo ato em si ou pela negligência contra crianças ocorre de duas maneiras: a intrafamiliar e a doméstica; a primeira é praticada por alguém da família, depreciando a integridade física e o desenvolvimento da criança e, a outra, é cometida por alguém que não tem laços de sangue, mas que por algum motivo convive na mesma casa. Já para Santana e Camargo (2005, p. 49) “A violência ocorre nas escolas, nas instituições, nos locais de trabalho, mas acontece principalmente nos lares, onde a relação de poder e hierarquia entre os adultos e as crianças e adolescentes é muito forte.”

Desta forma, constata-se que muitos são os motivos que levam a criança a estar vulnerável, necessitando que as condições de vida, saúde, dignidade humana e respeito sejam restabelecidos. Nem sempre a criança entende o contexto histórico que a cerca, pois pela pouca idade e pelo pouco conhecimento da vida não consegue compreender o que é ser vulnerável. Aqueles que deveriam estar cuidando são os que a exploram e a maltratam.

De acordo com as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2010, p. 18) estas vulnerabilidades e riscos que a criança está inserida influenciam diretamente na proteção que a família deveria dar, tornando-a frágil. Desta forma, as consequências são: “negligência; violência física, psíquica, sexual; abandono; situação de rua; exploração do trabalho infantil.”

As Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2013, p. 17) ainda prevêm que

Apesar de crianças e adolescentes brasileiros terem seus direitos assegurados nos marcos normativos do país, a realidade mostra que muitos ainda estão expostos a diversas formas de violação de direitos humanos, portanto com sua cidadania comprometida pelo silêncio e pela convivência de uma parte da sociedade, que ainda se omite.

Perante a toda situação de risco e vulnerabilidade em que as crianças estão envolvidas há de não somente ter as leis que as protegem, como também, políticas públicas voltadas à verificação e à efetivação do cumprimento das leis. De igual modo, o trabalho de profissionais encarregados de manter os direitos e intervir para que as desigualdades sociais sejam menos impactantes ao verificar o não cumprimento de alguma lei de proteção

à criança, devem denunciar ao órgão competente para que sejam tomadas as necessárias providências.

4. A assistência e a pedagogia sociais.

Os problemas sociais levantados e apontados na fala dos autores, em seus comentários e considerações, permite depreender a necessidade de se ter profissionais eficientes e competentes para intervir de maneira eficaz, para que as leis sejam respeitadas e para que as políticas públicas sejam efetivadas. O trabalho circunscreve-se à atuação da assistência social e da pedagogia social, ambas as áreas dedicadas às questões sociais e àqueles que delas necessitam. Todavia, cabe definir e diferenciar o trabalho a ser realizado pelos profissionais dessas áreas, pois cada um deles tem um papel diferenciado quanto às questões sociais, sendo um erro entendê-los como atividades iguais, pois cada qual exerce uma função específica perante essas questões.

Em relação à pedagogia social, pode-se recorrer às idéias e concepções de Díaz (2006) que se fundamenta no ‘educar o social’. Para o autor, o ser humano integra-se de forma social dentro e fora do espaço escolar, em todos os lugares em que vive. A pedagogia social não deve estar atuando somente dentro da escola, mas em todos os espaços em que há a aprendizagem social. Díaz (2006, p. 92) comenta ser esta

[...] uma ciência pedagógica, de carácter teórico-prático, que se refere à socialização do sujeito, tanto a partir de uma perspectiva normalizada como de situações especiais (inadaptação social), assim como aos aspectos educativos do trabalho social. Implica o conhecimento e a ação sobre os seres humanos, em situação normalizada como em situação de conflito ou necessidade.

Moraes (201-?, p. 1), por sua vez, conceitua a pedagogia social “inicialmente como uma ação teórico-prática, sócio educativa, realizada por educadores ou agentes sociais”, onde a junção entre educação e sociedade ocorre de forma primordial, sendo as ações educacionais que ocorrem em espaços não escolares suprimem e reduzem os problemas sociais. A autora (201-?, p. 3), ainda estabelece que a Pedagogia Social tem um diferenciado campo de trabalho e seu papel é o de promover o bem-estar social e auxiliar o indivíduo a tornar-se cidadão para viver em sociedade. Afirma a autora (201-? p. 3), “Todas estas esferas da Pedagogia Social trabalham no propósito de desenvolver um bem-estar social e superação de condições de sofrimento e marginalidade, realizando o exercício da cidadania e de promoção social.”

Para Barros e Costa (2012) a pedagogia social contempla os ambientes alternativos de educação, ou seja, aqueles que não fazem parte da escola. Nestes espaços, a educação acontece por meio das ações desenvolvidas, não de forma direta como na escola, mas sim de forma livre e espontânea, sendo a educação não formal o campo de trabalho da pedagogia social.

No tocante à assistência social, na figura do assistente social, segundo Raichelis (2009, p. 11) é exercida pelo profissional do Estado, que interfere nas desavenças familiares, seja pelo não cumprimento do direito da mulher ou da infância ou pelo ocorrido de algum constrangimento como abandono, negligência, violência ou abuso sexual.

O assistente social é um dos mediadores do Estado na intervenção dos conflitos que ocorrem no espaço privado, particularmente nos âmbitos doméstico e familiar, atuando prioritariamente nas Varas da Infância, Juventude e Família, nas dramáticas manifestações da questão social, expressas pela violência contra a mulher, a infância e a juventude, as situações de abandono e negligência familiar, o abuso sexual, a prostituição, a criminalidade infanto-juvenil (RAICHELIS, 2009, p. 11).

Raichelis (2009, p. 14) afirma que o assistente social participa e atua “na formulação e avaliação de políticas, bem como no planejamento e na gestão de programas e projetos sociais, desafiados a exercitarem uma intervenção cada vez mais crítica e criativa.”

A Constituição Federal de 1988, no art. 203, incisos de I a V, especifica que a assistência social deve ser oferecida a quem dela precisar tendo por finalidade:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (CF/88).

Logo, o assistente social é o profissional ligado diretamente à proteção de quem dele precisar, como também é quem analisa as situações individuais das pessoas e dedica-se em lhes proporcionar seus direitos adquiridos por lei com a finalidade de efetivar as políticas públicas.

5. O Projeto Social “Nossas Meninas”.

O trabalho analisou o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “Projeto Nossas Meninas”, que é um serviço de proteção social básica, conforme o artigo 1º, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009/2013). Esta proteção, de acordo com as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (2010, p. 29), “visa prevenir situações de risco e vulnerabilidades”. Além da análise, foi conveniente averiguar como se configurava o trabalho realizado com as freqüentadoras do Serviço.

Neste item, a preocupação esteve voltada em situar o significado de projeto social e verificar se o referido Serviço está condizente com a definição de projeto social. Procurou-se também conhecer os propósitos estabelecidos pelo Projeto “Nossas Meninas”, qual o tipo de assistência, educação e atuação do Projeto, no Município de Campo Largo.

Um projeto social, segundo Stephanou (2003), é uma estrutura social que, com atuação adequada colabora para amenizar ou solucionar os problemas levantados, ajudando aos que nele estão arrolados. Desta forma, Stephanou declara (2003, p. 11), que um “projeto social não é uma ilha”, significando que não é um espaço avulso e que necessita estar ligado a outras políticas públicas a fim de cumprir o seu papel social. O autor afirma que o projeto social serve para proporcionar a efetividade de políticas públicas, sejam elas antigas ou novas, assim definidas por Stephanou (2003, p. 11):

Políticas públicas são aquelas ações continuadas no tempo, financiadas principalmente com recursos públicos, voltadas para o atendimento das necessidades coletivas. Resultam de diferentes formas de articulação entre Estado e sociedade.

A partir do Programa Salto Para O Futuro, com o tema “Projetos sociais e práticas educativas”, Souza (2008) defende a ideia de que um projeto é composto de atividades realizadas em conjunto, que procura transformar uma determinada realidade, diminuindo ou mesmo solucionando um problema específico. Menciona Souza (2008, p. 8) que “são uma série de atividades objetivando uma finalidade comum, tendo duração restrita em um período de tempo.”

Assim como se refere Souza (2008) e Kauchakje (2008), outros autores também fazem observações e considerações sobre projeto social, afirmando que a finalidade de um projeto social é o de interferir, a fim de alcançar transformações que possam contribuir para uma melhor qualidade de vida, fazendo com que os direitos sejam respeitados e que a cultura seja valorizada. Nesse sentido, Kauchakje (2008, p. 119) ainda afirma que “[...] projetos sociais são formas de planejamento, no sentido que planejar é antecipar um

cenário desejável e traçar objetivos diante de situações consideradas como negativas em termos sociais, econômicos, culturais e políticos.”

Stephanou (2003) aponta caminhos a serem seguidos por um projeto social, como estabelecer, realizar e estimar as ações planejadas em todas as áreas, criando metodologias para que todos os procedimentos sejam eficazes.

Portanto, um projeto social tem objetivos, um espaço e um público alvo pré-determinado, caracterizando-se em proporcionar a educação não formal à sua clientela, pois transmite educação e conhecimento, mas não é escola. A educação não formal é aquela alicerçada nos espaços alternativos, como nos projetos sociais.

Conforme define Gohn (2006), a pedagogia formal está diretamente ligada à educação no espaço escolar, a informal é a que envolve o processo de socialização e a não formal é a que contempla o “mundo” como forma de ensino e seus espaços alternativos. Portanto, a pedagogia presente nos projetos sociais é a não-formal, pois o projeto social é um espaço alternativo, direcionado a um grupo específico, onde ocorre o processo ensino e aprendizagem.

A educação não formal ligada à pedagogia social, que acontece nos projetos sociais, tem como um dos principais objetivos formar cidadãos, trabalhando para efetivar uma educação que seja conforme relaciona Gohn (2009, p. 32):

- a) Educação para justiça social.
- b) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.).
- c) Educação para liberdade.
- d) Educação para igualdade.
- e) Educação para democracia.
- f) Educação contra discriminação.
- g) Educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais.

Os temas mencionados por Gohn devem ser abordados e trabalhados com os frequentadores dos projetos sociais, de maneira que se apropriem de seus direitos e deveres, entendendo que são pessoas, cidadãos de uma nação.

Esta educação não formal comenta Gohn (2009) é aquela que aprecia a aprendizagem de aspectos políticos, direitos, capacitação para o trabalho, desenvolvimento de habilidades, solução de problemas diários e sociais. Assim, a educação não formal traz informações aos envolvidos que ajudem a ter um ponto de vista de mundo e a compreender as situações que os abrange, considerando os espaços em que se desenvolvem a educação não formal, como Gohn (2009, p. 31) esclarece, “[...] nas organizações sociais, nos

movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais.”

Neste espaço destinado pela Secretaria de Assistência Social, do Município de Campo Largo, desenvolve-se o “Projeto Nossas Meninas”, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, buscando proporcionar a assistência social e o atendimento pedagógico através de um trabalho educativo não formal.

6. A pesquisa de campo.

A pesquisa de campo constituiu-se na segunda fase da pesquisa, uma vez que a primeira fase foi desenvolvida com o levantamento, seleção, leitura e interpretação do material bibliográfico e dos livros de orientação básica que fundamentam o trabalho de assistência social e pedagogia social.

A pesquisa de campo contou com várias etapas, como o relato de experiência, pesquisa de observações, aplicação de questionário às orientadoras sociais e à estagiária e entrevistas com a Coordenadora do Projeto e com a Secretária de Promoção Social.

O trabalho social e pedagógico, desenvolvido no Serviço de Convivência, é mantido pela Prefeitura Municipal de Campo Largo, tendo suas ações fundamentadas, a partir de 2016, nas orientações contidas no livro “Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de seis a quinze anos, de 2010”, cujo objetivo é o de fornecer informações para a implantação e o aperfeiçoamento do Serviço. A atual Coordenadora do “Projeto” está no cargo desde janeiro de 2016, é formada em Serviço Social, sendo a responsável pela continuidade do Serviço, com o apoio da Secretaria de Assistência Social.

Em entrevista com a Secretária de Promoção Social, que implantou e acompanhou o “Projeto Nossas Meninas”, com o apoio da Prefeitura Municipal de Campo Largo, ela declarou que o Projeto foi criado na gestão municipal anterior (2001/2004), do atual Prefeito Affonso Portugal Guimarães. A origem do Projeto, conforme relatou a Secretária, foi oferecer às meninas as mesmas oportunidades que os meninos do Município possuíam, pois havia na época alguns projetos sociais voltados somente para meninos e outros para crianças e adolescentes de forma geral (meninos e meninas). Desta forma, a Secretaria preocupou-se em fazer algo pelas “nossas meninas” de Campo Largo, expressão que deu origem ao nome do Projeto, que se encontravam em situações de vulnerabilidade social.

A entrevistada relatou que o “Projeto”, no início, ficou instalado (cerca de seis meses), em uma sala de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), pois a sede própria não estava terminada, mas como pretendiam colocá-lo em funcionamento, começaram os trabalhos nesta sala provisória.

Quando o “Projeto” foi implantado atendia meninas de 7 a 14 anos, que eram oriundas de famílias pobres, em situações de vulnerabilidade social. A Secretária descreve que o “Projeto” foi formado por uma equipe composta de duas coordenadoras, duas educadoras sociais², uma merendeira e uma auxiliar de serviços gerais, além de uma assistente social, que prestava serviço uma vez na semana.

A proposta do “Projeto”, de acordo com a entrevistada, sempre foi o de promover às meninas momentos alegres e de aprendizagem. Para isso, elas realizavam oficinas de artesanato, de culinária e atividades esportivas. E, pensando em ajudá-las nas tarefas de casa e no desenvolvimento escolar, o “Projeto”, efetuava acompanhamento pedagógico. A entrevistada realçou que as coordenadoras, da época, eram graduadas em Pedagogia, portanto capazes em realizar este acompanhamento.

O “Projeto” tem por missão, educar as crianças que nele estão inseridas, pois conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009/2013, p. 14) o Serviço deve oferecer um “espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades.” O ensino propõe-se, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009/2013, p. 14), a “experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.”

Os objetivos do Serviço devem ser, segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p. 17):

- Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;

² Atualmente são nomeadas como orientadoras sociais.

- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

O público alvo para o serviço, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009/2013, p. 15) devem ser:

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS, EM ESPECIAL:

- Crianças encaminhadas pelos serviços da proteção social especial: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; e outros;
- Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC; - Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos e com dificuldades para manter.

Entende-se, portanto, que o serviço é garantido, principalmente, para crianças que estão envolvidas em algumas das situações descritas, mas nada impede que qualquer criança utilize os Serviços de Fortalecimento de Vínculos, se nele houver vaga, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009/2013).

6.1 Relato de experiência.

A vivência no “Projeto Nossas Meninas”, realizada pela pesquisadora deste trabalho, durante os anos de 2013 e 2014, permitiu descrever como é o espaço físico do Projeto, como se configura a proposta, o público que é destinado e a atuação e a função dos profissionais.

No Projeto funciona um amplo refeitório, tem três salas menores, duas são para atividades em classe e uma é para oficina de arte. Há também cozinha, área de serviço, almoxarifado, sala para a coordenação, sala para a assistente social, três banheiros, dois para as crianças e um para os funcionários, e pátio externo.

Inicialmente, o Projeto recebia crianças, adolescentes e jovens dos cinco aos dezesseis anos que eram divididos em três salas, de acordo com a faixa etária. Como o número de frequentadoras era significativo, a Secretária de Assistência Social disponibilizava duas educadoras sociais, atualmente orientadoras sociais e duas estagiárias de Pedagogia, que desempenhavam o mesmo trabalho das educadoras. As estagiárias eram responsáveis por turmas, assim como as educadoras, aplicavam atividades, participavam

das reuniões e tinham as mesmas responsabilidades que as educadoras, embora houvesse diferença nas horas trabalhadas e no salário.

A Assistente Social, às vezes estava presente e outras vezes o Projeto ficava sem este serviço. A coordenadora da época diante da situação e do relato da família inseria a menina ao Projeto, sem precisar passar por triagem na Secretaria de Assistência Social. Psicóloga, somente no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que não atendia ao Projeto especificadamente, mas atendia algumas meninas, por intermédio do Conselho Tutelar, da Secretaria de Assistência Social ou pela escola, individualmente, desvinculado do trabalho realizado no Projeto.

O planejamento era feito pela coordenadora, pelas educadoras e pelas estagiárias, uma vez ao mês. No Projeto, não havia um pedagogo permanente para auxiliar no planejamento. Este atuava na Secretaria de Assistência Social e visitava os projetos sociais sem ter uma participação efetiva nos trabalhos internos. O planejamento era feito de acordo com a faixa etária, a partir de temas específicos, como respeito, família, direitos, deveres, cidadania, convivência harmoniosa, entre outros temas.

Apesar de já haver livros e orientações sobre os projetos sociais e Serviços da Assistência Social, não havia nenhuma publicação implantada, como ocorreu posteriormente, para dar apoio ou técnicas pré-estabelecidas para serem previstas no planejamento. Assim, os temas e as orientações partiam diretamente da Coordenação e da Secretaria de Assistência Social.

Havia um número maior de meninas frequentadoras, aproximadamente setenta (70). A rotina das meninas era a mesma, o que diferenciava eram as oficinas liberadas pela Prefeitura, que eram mais variadas das que as que funcionam atualmente, como biscoito, dança, arte, teatro. Além das atividades e oficinas, as meninas participavam de passeios, teatros e palestras, em datas agendadas pela Secretaria de Assistência Social. O tempo para a tarefa escolar era de 30m. e algumas educadoras e estagiárias ajudavam a realizar pesquisas e sempre que possível auxiliavam a menina na tarefa, mesmo não fazendo parte de suas responsabilidades.

A atuação das estagiárias e das educadoras era a mesma: participar do planejamento, auxiliar na alimentação, na higiene, acompanhar as oficinas, fazer relatórios de observação, encaminhar à Coordenadora, queixas e desvios de comportamento por parte das meninas, ser responsável por uma classe e realizar atividades. Anteriormente, havia estagiárias de pedagogia, pois não era do interesse da Coordenadora ter estagiária de outra área do conhecimento.

O zelo, o cuidado, o amor e o carinho com as meninas eram um dos objetivos da coordenação. Não se notava uma preocupação com técnicas e livros para fundamentar o trabalho realizado. Mas eram oferecidos todos os recursos disponíveis, como também, o apoio às meninas, em caso de indício de abuso, maus tratos, trabalho infantil ou qualquer direito violado. A Coordenadora, quando necessário, acionava o Conselho Tutelar para as devidas verificações. Houve casos em que o Conselho Tutelar precisou intervir e, até mesmo, separar a criança da família por um período de tempo para a situação ser resolvida.

A experiência que possibilitou este relato permitiu perceber como o trabalho era realizado e a importância de se ter políticas públicas voltadas a crianças em situações de vulnerabilidade, atendendo às leis vigentes quanto a proteção à criança. A experiência inspirou este estudo e corroborou para o seu enriquecimento.

6.2 A pesquisa de observações.

A pesquisa de observações foi realizada, por meio de quatro visitas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com a finalidade de verificar o andamento das atividades e a rotina diária do Projeto.

Na primeira visita as orientadoras planejaram uma atividade referente à educação para incentivar o convívio harmonioso com outras pessoas. Para realizar esta atividade as meninas estavam concentradas no refeitório, lugar mais amplo.

A atividade foi dividida em duas partes, na primeira as meninas pintaram um desenho dado pelas orientadoras. A proposta era que elas pintassem utilizando somente uma cor de lápis, elas não podiam trocar ou pegar outro lápis. As meninas não estavam entendendo porquê que elas podiam utilizar somente um lápis com tantos outros disponíveis. Neste primeiro momento as orientadoras não falaram a razão da atividade, só deram as orientações, deixando as meninas na curiosidade do que aconteceria a seguir.

Depois de terminarem esta primeira parte, as orientadoras deram um tempo na atividade, para as meninas terem o tempo de leitura com a coordenadora, realizado uma vez na semana. A coordenadora estava trabalhando com a leitura do livro O Pequeno Príncipe, e cada semana ela faz a leitura de um capítulo. Interessante apontar que durante a leitura, as meninas prestaram atenção e até houve meninas que contaram que tiveram a curiosidade de ler o livro todo em casa, pois a história despertou a vontade de ler.

Em seguida as meninas foram convidadas a lanche, sendo servido café com leite, pão de queijo e pizza de forma. Antes do lanche as meninas fizeram um momento de silêncio, cada qual fazendo sua própria oração ou ficando somente em silêncio.

Após o lanche, as orientadoras chamaram as meninas para continuar a atividade que tinham iniciado. Este momento foi destinado a segunda parte, que consistiu em propor as meninas que pintassem uma nova folha com o mesmo desenho, mas agora elas podiam compartilhar os lápis com as colegas. Uma emprestava o lápis a outra e assim o desenho ficou mais alegre e as meninas estavam mais motivadas a pintar.

Depois de terminarem a atividade as orientadoras fizeram uma roda de conversa com as meninas. Neste momento as orientadoras explicaram que a vida pode ser melhor quando compartilhamos com as pessoas o que temos, e as meninas dialogaram sobre o assunto e também contaram experiências relacionadas.

Na segunda observação a atividade do dia foi desenvolvida pela coordenadora e pela psicóloga, que visita o Projeto uma vez na semana. A atividade teve como objetivo fazer com que as meninas demonstrassem os sentimentos que têm em relação à pessoa que cuida delas. A atividade teve início com uma conversa para explicar como iria se realizar. Na conversa a psicóloga pediu que as meninas pensassem na pessoa que mais cuidava delas, para umas foi a mãe, outras a avó, algumas o pai. A pessoa escolhida foi denominada como cuidador(a), para realização da atividade. Depois, as meninas com a ajuda de todas as profissionais fizeram o contorno do corpo delas no papel. Em seguida, elas escolheram qualidades positivas e negativas, orientadas pelas profissionais, para colar no desenho do corpo, montando o personagem de seu cuidador(a). Posteriormente, quando todas terminaram a atividade, as profissionais fizeram uma roda de conversa para as meninas exporem como foi a atividade, qual foi a sensação quando pensaram na pessoa que cuida delas e qual o sentimento atribuído à pessoa que lhes presta cuidados e proteção.

Na terceira observação, como era semana do dia das mães a atividade desenvolvida foi em torno do Dia da Família a ser realizado no dia quatorze de maio de 2016. As meninas ensaiaram a música para a apresentação no Dia da Família. Em seguida, elas foram encaminhadas para a sala de atividades, onde deram continuidade a um trabalho de arte, o trabalho envolvia fazer um vaso com uma flor, utilizando materiais recicláveis. Neste dia, o vaso já estava pronto e as meninas junto com as orientadoras, fizeram a parte de decoração do vaso. Depois de terminarem a atividade, elas foram ao pátio para brincadeiras livres.

Na terceira observação, as meninas já estavam mais acostumadas com a presença da pesquisadora, com quem queriam conversar sobre vários assuntos, mostraram os cadernos da escola, quiseram escrever e comparar a letra delas. Foi um dia de grande interação com as meninas, de conversas e diversão. A todo tempo elas queriam falar alguma coisa e queriam ajuda para realizar a atividade, mesmo sabendo fazer sozinhas, elas queriam atenção e ajuda.

Na quarta observação, a atividade desenvolvida foi a respeito das virtudes que as meninas possuem, com o nome “As chaves que abrem meu coração”. A proposta era que cada menina fizesse uma análise e percebesse quais são suas virtudes características. Antes de começar a atividade a orientadora explicou o que significa virtude e deu exemplos. Em seguida, a orientadora deu um desenho de um coração para cada menina pintar e recortar. Conforme as meninas iam terminando de fazer esta parte da atividade a orientadora ia conduzindo-as para as próximas etapas: primeiro fazer chaves (com molde) para colocar nos corações e pensar sobre as virtudes individuais de cada uma. As meninas sentiram dificuldade em pensar sobre suas virtudes. Muitas falaram não ter entendido o que é virtude, então a orientadora foi explicando individualmente e questionando quais as qualidades que cada uma possuía, dando exemplos, como ser carinhosa, obediente, amável, respeitosa, etc. Assim, com o auxílio da profissional elas conseguiram perceber as virtudes predominantes de sua personalidade.

Para terminar a atividade a orientadora colou na parede um coração grande com o nome da atividade e em torno dele colou os corações das meninas com as chaves e a escrita das virtudes que cada uma possuía. Após terminarem a atividade as meninas auxiliaram na organização da sala e depois foram ensaiar a música da apresentação do Dia da Família.

A interação com as meninas foi bem relevante como também o contato direto. Elas conversavam, pediam ajuda e perguntavam sobre a atividade. Era como se a observadora fizesse parte da equipe do Projeto. Para as meninas não havia diferença entre as profissionais e a observadora.

Durante as quatro observações percebeu-se um pouco da realidade vivenciada no Projeto e como se dá a rotina e as atividades. Verificou-se como as orientadoras direcionam o trabalho e notou-se a importância de se ter um planejamento e atividades pré-determinadas para as meninas realizarem. Afinal, constatou-se que o foco do Projeto não é apenas manter as meninas no local, mas oportunizar uma educação, ensinando valores.

6.3 Aplicação de questionário com as orientadoras e estagiária

As informações obtidas das orientadoras e da estagiária foram coletadas mediante os questionários aplicados e respondidos, sendo as respostas identificadas como orientadora 1, orientadora 2 e estagiária.

1ª pergunta - O nome da função exercida, se foi por concurso, horas semanais trabalhadas, se há uma sala exclusiva ou específica destinada para a função.

A orientadora 1 relatou que sua função é ser orientadora social, está no cargo mediante concurso público, trabalha quarenta horas semanais e tem uma sala onde desenvolve seu trabalho juntamente com as frequentadoras do projeto.

A orientadora 2, também, é orientadora social, é concursada, trabalha quarenta horas semanais e tem uma sala exclusiva para desenvolver as atividades de seu trabalho.

A estagiária respondeu que sua função como estagiária é de auxiliar as orientadoras em sala, trabalha 30 horas semanais e não tem uma sala exclusiva, pois auxilia nas duas salas existentes.

2ª pergunta – Como ocorreu a mudança de nomenclatura de educadora social para orientadora social?

A orientadora 1 respondeu que ela era educadora social, agora é orientadora social, exercendo a mesma função, só mudou o nome e que a mudança foi realizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

A orientadora 2 respondeu que esta alteração ocorreu pela Lei Municipal nº 2.353, de 22 de dezembro de 2011, que entrou em vigor somente em 18 de fevereiro de 2015¹. Conforme a Lei, foi alterada somente a nomenclatura das funções, permanecendo as mesmas atribuições. (Esta pergunta não se aplica à estagiária).

3ª pergunta - Quando as orientadoras sociais tomaram posse do cargo público tiveram que comprovar a formação no Magistério ou Pedagogia, que hoje é dispensada. O que elas pensam a respeito de exercer a função de orientadoras sociais somente com o ensino médio, sem uma base pedagógica que fundamente a atuação como pedagoga ou docente para ajudar ou orientar as crianças nos conhecimentos ensinados?

A orientadora 1 respondeu: “Penso que profissionais somente com Ensino Médio não estarão preparados para exercer esta função, pois é um trabalho que exige conhecimento e somente o Ensino Médio não dá uma base para desenvolver este trabalho”.

A orientadora 2 respondeu: “Na minha opinião é um risco que a Assistência Social está correndo, pois se até na Educação exige-se conhecimento pedagógico para exercer

melhor a função. Acredito que muitos que assumirem o cargo podem enfrentar muita dificuldade e não terão conhecimento técnico para resolver problemas e dificuldades específicos e mais as críticas que ocorrem dentro do trabalho de assistência a famílias em situação de risco e vulnerabilidade social”.

A estagiária respondeu que, mesmo não estando no cargo, também concorda com as orientadoras, pois reconhece, enquanto estudante de Pedagogia, que é necessário uma formação pedagógica para se ter uma boa atuação em sala, considerando ser uma desvalorização aos atuais profissionais da área.

4ª pergunta – Quais são as atribuições do cargo exercido por vocês e como desenvolvem o trabalho?

Para a orientadora 1 o trabalho envolve auxiliar osicineiros e desenvolver atividades. As atividades são organizadas conforme a faixa etária, desenvolvidas com brincadeiras, dinâmicas e gincanas.

A orientadora 2 explica que faz parte de seu trabalho aplicar atividades diferenciadas como: lúdicas, brincadeiras, dinâmicas e rodas de conversa. É parte do trabalho dela, ainda, desenvolver nas meninas valores como a auto estima, o respeito, a criatividade, a higiene, o amor, a verdade e a autonomia. Tenta ajudá-las a enfrentar os problemas e a superar as dificuldades, orientando-as a agir de forma honesta e sincera.

E a estagiária responde que o trabalho dela envolve auxiliar as orientadoras, acompanhar as meninas durante as refeições e a higiene, participar das reuniões de planejamento, estar envolvida com todas as atividades e ficar com as meninas no ponto de ônibus até o momento em que este passa para pegá-las.

5ª pergunta - Como foi especificado pela Coordenadora, a partir de 2016 o Projeto está em fase de implantação de um livro sobre técnicas a serem seguidas, ele fundamenta todo trabalho realizado. Como o trabalho era realizado antes de se adotar o livro de Orientações Técnicas, havia alguma orientação ou diretriz a ser seguida?

A orientadora 1 esclareceu que antes de se ter o livro, as orientações vinham da Coordenadora, que participava de capacitações na Secretaria de Assistência Social e repassava às orientadoras.

A orientadora 2 relata que ela já conhecia outros livros a respeito do assunto, e que o curso de Magistério e de Pedagogia a ajudou a entender como deveria ser a educação em projetos sociais, dando a ela fundamentação teórica para atuar como orientadora social. É bom que se tenha um livro de técnicas e procedimentos. Antes era feito mediante a capacitações e orientações vindas da Coordenadora e da Secretaria de Assistência Social.

Salienta, ainda, a orientadora 2 que a Secretaria de Assistência Social a cada ano busca novas formas de melhorias que as ajudem no desempenho da função.

A estagiária começou seu estágio em 2016, mas acredita que havia outros livros ou orientações dadas pela Coordenadora.

6ª pergunta - Quanto ao planejamento como é realizado? Qual é o apoio pedagógico para ser desenvolvido, se há objetivos a serem alcançados e se o planejamento é voltado à educação para cidadania, justiça social, democracia, liberdade, exercício da cultura e não discriminação?

A orientadora 1 respondeu que há sim um planejamento, realizado uma vez ao mês, feito entre a Coordenadora, as orientadoras e a estagiária e o objetivo é desenvolver atividades sobre direitos, da mesma forma que elas devem planejar momentos de brincadeiras que ajudem as meninas a superar traumas e angustias sofridas.

A orientadora 2 registrou que há um planejamento feito com o apoio da coordenadora, e neste planejamento é direcionado o que deve ser trabalhado durante o mês e como elas farão as atividades. A orientadora 2 afirmou que nos objetivos a serem alcançados estão a educação para a cidadania, justiça social, democracia, liberdade, exercício da cultura e não discriminação, além de outros valores que irão ajudar as meninas a serem boas cidadãs, atuantes na sociedade.

E a estagiária respondeu que há um planejamento feito por todas as profissionais, inclusive por ela. Os objetivos propostos são desenvolver a aprendizagem com as atividades, a criança se conhecer, os momentos de lazer, aprender a realizar o que é pedido, o desenvolvimento e valores.

7ª pergunta – Como elas orientadoras, acreditam que este trabalho interfere na vida das meninas e se os conteúdos são de fato absorvidos pelas crianças?

A orientadora 1 respondeu que acredita que seu trabalho é de grande importância e que as meninas conseguem absorver os conteúdos, pois estes são transmitidos de forma dinâmica com atividades diferenciadas, produtivas e enriquecedoras.

A orientadora 2 respondeu que, apesar das dificuldades, ela tenta ajudar a melhorar a vida de cada criança, ofertando a elas uma visão de vida diferente, mais justa, humana e igualitária. Ela acredita que cada menina consegue absorver grande parte do que é ensinado no Projeto.

E a estagiária avaliou ser de grande importância o trabalho que realiza, além de garantir seu desenvolvimento intelectual e profissional, como estudante de Pedagogia.

Pensa que consegue fazer com que as meninas absorvam os conhecimentos que ela, juntamente com as orientadoras, transmite.

8ª pergunta – Os cursos de capacitação são oferecidos pela Secretaria?

A orientadora 1 respondeu que há cursos oferecidos pela Prefeitura várias vezes ao ano com temas pertinentes ao trabalho que elas desenvolvem como: trabalho infantil, exploração sexual, direitos das crianças e adolescentes, e que estes cursos são feitos com palestrantes qualificados no assunto.

A orientadora 2 respondeu que há um curso a cada três meses e que estes são bem criativos, pois além das palestras há nos cursos dinâmicas, atividades com aplicações, rodas de conversa e discussões para um melhor desenvolvimento do trabalho realizado.

E a estagiária comentou de igual modo, há curso a cada três meses, com palestras diversas em locais específicos.

Para encerrar o questionário foi pedido que elas escrevessem um comentário ou uma observação sobre o trabalho que elas realizam ou sobre o Projeto.

A orientadora 1 escreveu que se sente gratificada com o trabalho que realiza, entendendo que seu profissionalismo ajuda estas crianças que se encontram em situações de vulnerabilidades. E que é muito importante ter um espaço reservado a estas crianças para que aprendam, onde podem ser acolhidas e serem respeitadas, com profissionais que estejam preparados para recebê-las.

A orientadora 2 comentou que hoje o projeto, apesar de se chamar “Projeto Nossas Meninas”, não deveria ser chamado assim, pois entende que um projeto tem um começo, meio e fim. E a intenção é que este não tenha fim, que dure com o propósito de continuar resgatando meninas, ajudando-as em suas dificuldades.

E a estagiária comentou que, agora, o Projeto é chamado de Centro de Convivência, e que faltam recursos materiais para as meninas desenvolverem as atividades. A prefeitura deveria, segunda a estagiária, disponibilizar mais lápis de cor, apontadores e canetinhas, entre outros materiais de consumo.

6.4 Entrevista e questionário aplicado com a Coordenadora do Projeto.

Na entrevista feita com a Coordenadora verificou-se que ela dá uma grande importância à técnica de atendimento, ela mesma se refere que o projeto precisa de mais técnica e que para isso está introduzindo juntamente com a Secretaria de Assistência Social

o livro sobre as Orientações Técnicas, sendo a fundamental para o desenvolvimento de todo trabalho.

Segundo a Coordenadora, atualmente, o projeto funciona das oito às dezessete horas, a estrutura de funcionários é de 1 coordenadora, 2 orientadoras sociais, 1 estagiária de pedagogia, 1 cozinheira e 1 auxiliar de serviços gerais, além de 1 psicóloga e uma assistente social que oferecem o serviço uma vez na semana. Há também os oficinairos que participam uma vez na semana: um oficinairo de arte e uma oficinaira de dança que promovem ‘oficinas’.

Atualmente o “Nossas Meninas” atende 23 meninas e conforme a coordenadora a Secretária de Assistência Social fará ações para aumentar o número de meninas atendidas, uma vez que a capacidade é para 60 meninas, 30 de manhã e 30 de tarde.

A rotina das meninas tanto as da manhã quanto as da tarde é praticamente a mesma. Elas participam de oficinas, tanto no projeto como também na Vila Olímpica do Município, duas vezes na semana, almoçam e lancham no estabelecimento, há um tempo para as tarefas escolares, além de participarem de atividades desenvolvidas pela Coordenadora e orientadoras sociais.

Para que as atividades sejam desenvolvidas há reunião de planejamento, uma vez ao mês, centrada nas ações do projeto, em como as atividades serão abordadas, além de analisar o que podem fazer para que o centro de convivência seja mais eficaz às frequentadoras. A Coordenadora explica que a reunião tem como objetivo definir o planejamento, conforme o que estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistencialistas (2009), para a faixa etária atendida.

Deve desenvolver atividades, em horário alternado ao da escola, tendo por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. [...] bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

Como não há um pedagogo social que auxilie, são elas mesmas quem fazem este serviço. A Coordenadora relata que se tivesse um pedagogo seria mais fácil de planejar, já que não tem elas pesquisam e como, por sorte, uma das orientadoras, é formada em Pedagogia e a outra em Magistério, isto facilita o trabalho.

A Coordenadora descreveu o que cada profissional tem por função dentro do Centro: ela como coordenadora fica na responsabilidade de coordenar, fazer serviço de secretaria e de auxiliar as demais profissionais, como ela mesma disse “faço de tudo, se preciso for vou até fazer comida”. As orientadoras sociais e a estagiária de Pedagogia são as responsáveis por planejar atividades de cunho pedagógico, fazer registro de chamada, relatórios sobre alguma situação específica, realizar atividades com as meninas, acompanhá-las nas oficinas, lanche, almoço, higiene, passeios e palestras fora do Centro.

A cozinheira faz o lanche e almoço, cuida da limpeza e organização da cozinha, sendo a responsável por manter os alimentos guardados em ambientes específicos para cada um. A auxiliar de serviços gerais cuida de toda a limpeza, higiene do local e organização do prédio.

Já a assistente social é a responsável por fazer visitas nos lares e dar o aval para a menina ser inserida no projeto, após verificar as condições de vida da menina, podendo intervir se for o caso, mas mantendo o sigilo sobre a vida da criança. Verifica, também, se há algum direito que está sendo violado e toma as devidas providências.

A Coordenadora declarou que o serviço da assistente social é sigiloso e que nenhum profissional que atua no projeto sabe o que exatamente aconteceu à criança, a não ser que a própria menina conte. Assim, cabe ao profissional fazer um relato e entregar a Coordenadora e, se necessário for, entregar à Assistência Social.

Além da entrevista a Coordenadora respondeu a um questionário elaborado pela autora deste trabalho. No questionário, descreve que tem uma sala destinada a seu trabalho, que trabalha oito horas por dia, de segunda-feira a sexta-feira, e que seu cargo é comissionado. Quando perguntada sobre a questão da mudança de nomenclatura de educadora social para orientadora social e a respeito de, agora, assumir o cargo de orientadora social, uma pessoa somente com escolaridade de ensino médio, sem outra profissionalização para tal função, a coordenadora preferiu não responder, deixando que as próprias orientadoras descrevessem a respeito.

Em relação ao seu trabalho a Coordenadora apresentou, conforme descrito no questionário, que faz parte dele “articular parcerias, ações intersetoriais e de integração do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no território, sob orientação do gestor local de Assistência Social; vincular ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência do serviço; promover a junção com os demais serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de forma a garantir o encaminhamento e contrarreferenciamento; realizar reuniões periódicas com os responsáveis pela execução

do serviço para avaliação dos resultados; encaminhar os controles de frequência mensal ao serviço, referente a crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) , para o Programa Saúde na Escola (PSE); participar das reuniões de planejamento da Secretaria Municipal de Assistência Social para o aprimoramento da gestão e execução dos Serviços; prestar esclarecimentos aos órgãos de fiscalização sempre que solicitado; desempenhar atividades administrativas, de compras, de controle de estoque e patrimônio; repassar ao órgão gestor informações afetas ao recursos humanos; recepcionar e atender às famílias e comunidade prestando informações relativas ao projeto e orientações sobre a inserção dos usuários no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico). Como descrito acima, além de tudo o que a Coordenadora tem por obrigação realizar em seu trabalho, ela ainda auxilia as demais profissionais”.²

A respeito do livro inserido, que agora serve como base para a atuação do Centro, a Coordenadora afirma que foi ela quem o trouxe, com a finalidade de fortalecer as orientações para o desenvolvimento das atividades. Antes já havia como referência a “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais” (2009) que dá base para a atuação dos serviços da política da assistência social. Este livro que a Coordenadora está implantando reforça muitos assuntos abordados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009).

Outro ponto levantado no questionário foi referente à educação oferecida no estabelecimento, se os objetivos são alcançados e se está auxiliando na formação das meninas, para compreenderem o que é cidadania, justiça social, democracia, liberdade, exercício da cultura e a não discriminação.

Na resposta a Coordenadora afirmou que há objetivos gerais e outros específicos e que eles proporcionam que esta educação esteja presente na vida destas meninas. Conforme sua declaração os objetivos gerais são: complementar o trabalho social com a família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais e esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários;

promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; contribuir para a promoção do acesso a serviços setoriais, em especial políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos.

E os específicos são: complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e para o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural de crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional.

Diante de todo trabalho realizado a Coordenadora declarou que “penso que é um trabalho importante dar suporte à equipe, à manutenção e ao funcionamento do serviço”.

Quanto aos resultados na vida dessas crianças, ela afirma que há resultados sim, pois “nossa atuação possibilita às meninas terem acesso a diferentes atividades de artes, cultura, esporte, protagonismo, criatividade, sensibilização para questões da comunidade, afeto, respeito, saúde, cidadania, etc.

Quanto aos conhecimentos, se são absorvidos pelas meninas, a Coordenadora explicou que sim, que há uma diferença comportamental, e que as meninas que antes eram indisciplinadas, tímidas ou com baixa estima são agora mais felizes e disciplinadas.

A respeito de cursos de capacitação oferecidos pela Prefeitura, a Coordenadora esclareceu que eles ocorrem “normalmente, em parceria com o escritório regional de Curitiba, que dá suporte técnico para os municípios da região metropolitana. São ofertadas capacitações para funcionários de nível superior, médio e fundamental, todavia não tenho conhecimento de nenhuma capacitação desde quando estou na Prefeitura, desde 2013.”

E para finalizar o questionário foi pedido que a Coordenadora fizesse um breve comentário sobre o trabalho realizado ou sobre o Projeto, como segue abaixo:

Trabalhar com crianças e adolescente em situação de risco e vulnerabilidade social é desafiador, pois além de se trabalhar com as crianças é de fundamental importância e indispensável o acompanhamento das famílias, composta por profissionais do

serviço social, da psicologia para realizar os encaminhamentos necessários para a garantia de direitos. É imprescindível o comprometimento das funcionárias com as situações de violação de direitos que observamos ou que elas relatam, para dar os devidos encaminhamentos e denúncias, não podemos nos omitir com essas situações.

Com este relato, a Coordenadora finalizou as respostas e considerações no questionário, deixando clara a importância do trabalho desenvolvido no Projeto e dos bons resultados que vêm alcançando, no trabalho de educação e assistência social realizado junto às meninas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Projeto Nossas Meninas”, implementado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em Campo Largo, constitui-se na consecução de um trabalho desenvolvido pela administração pública, em favor de crianças de 6 a 12 anos, evidenciando a possibilidade do poder público realizar ações que favoreçam crianças em situação de vulnerabilidade econômica e social.

O contato direto com o “Projeto” permitiu conhecer de perto o trabalho que é realizado pela Coordenadora, Orientadoras e Estagiária, em favor da clientela que vive situações conflitantes no ambiente familiar, pouco favoráveis ao desenvolvimento equilibrado e saudável das crianças.

Desta forma, foi necessário compreender conceitos de desigualdade, vulnerabilidade, Pedagogia Social, Assistência Social e Projeto Social para entender o andamento de diretrizes do “Projeto” e ações organizadas pela equipe deste trabalho social e pedagógico, conforme o padrão estabelecido para esta modalidade de serviço.

A desigualdade e a vulnerabilidade são realidades existentes no Brasil, uma vez que fatores de ordem econômica e social atingem diretamente as crianças. Principalmente, nas camadas sociais de baixa renda são onde se encontram crianças vivendo situações de alta vulnerabilidade, exigindo do poder público políticas voltadas em benefício das crianças, visando diminuir os riscos que incidem sobre os pequenos.

Com a finalidade de melhor compreender o “Projeto” foi realizada a pesquisa de campo, que contribuiu de maneira efetiva para comprovar a teoria do risco de vulnerabilidade de crianças, apresentada e defendida neste trabalho. O relato de experiência, transcrito pela autora deste trabalho, as observações, as entrevistas, a

aplicação de questionário e o acompanhamento das ações realizadas pela equipe do “Projeto”, possibilitaram verificar o início dos trabalhos, a participação do Conselho Tutelar e das próprias famílias no encaminhamento de crianças para o ambiente do “Projeto”.

O levantamento de dados e o acompanhamento por meio de observações e participação nas ações permitiram compreender a atuação do “Projeto” e como se estabelecem as ações para o atendimento à clientela.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ue000077.pdf>. Acesso em: 29/11/2014.

ALGERI, Simone; SOUZA, Luccas Melo de. **Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n4/pt_v14n4a23.pdf. Acesso em: 27/03/2016.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, Daniel Feitosa; COSTA, Marta Gomes da. **Prática educativa em ambientes não-escolares: Atribuições profissionais do pedagogo social, empresarial e hospitalar**. IV FIPED Fórum internacional de Pedagogia. Campina Grande. Realize Editora, 2012. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/d47c6e42015aa9a683be4a38aa581476_.pdf. Acesso em: 21/04/2015.

BEZERRA, Aglailton da Silva. **Desigualdade social: uma análise de uma sociedade antagônica**. 2013. Disponível em: <http://sosservicosocial.com.br/s/?p=564>. Acesso em: 21/04/2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21/04/2015.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29/11/2014.

BRASIL. Lei Nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm#art1. Acesso em: 26/03/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília. 2009 / 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 20/05/2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**. Brasília. 2010 / 2013.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2).

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CERVO, Amado Luiz (org.). **Metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2007.

DÍAZ, Andrés Soriano. **Uma Aproximação à Pedagogia-Educação Social**. Revista Lusófona de Educação. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n7/n7a06.pdf>. Acesso em: 21/04/2015.

DORNELAS, Adriana; COELHO, Jessica. **Exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA): análise do enfrentamento sob uma perspectiva histórica**. 2012. Disponível em: http://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano1_vol2_2012_artigo8.pdf. Acesso em: 29/11/2014.

GODINHO, <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf>> Acesso em: 26/03/2016.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://metaavaliacao.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/1/5>>. Acesso em: 03/12/2014.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social**. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social. 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092006000100034&script=sci_arttext. Acesso em: 09/05/2015.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Ciência e saúde coletiva, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>. Acesso em: 14/05/2015.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301 – 308, ago./dez. 2012.

KAUCHAKJE, Samira. **Elaboração e planejamento de projetos sociais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. Disponível em: http://minhateca.com.br/Washington.Maciel/CI*c3*8aNCIAS+SOCIAIS/ELABORA*c3*87*c3*83O+E+PLANEJAMENTO+DE+PROJETOS+SOCIAIS,58080967.pdf. Acesso em: 03/12/2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, Cândida Andrade de. **Pedagogia social comunidade e formação de educadores: na busca de saber sócio-educativo**. Universidade do Estado da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Bahia. 201-?. Disponível em: <http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/pedagogia-social.pdf>. Acesso em: 21/04/2015.

OLIVEIRA, F. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: **Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1**. Brasília: CNAS, out. 1995. (Cadernos ABONG)

OLIVEIRA, Kelly Cristina. **Infância e Atualidade: A Concepção de Infância na Prática Educativa**. SÓ Pedagogia. 2009. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/infanciaatualidade/> . Acesso em? 10/06/2016.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/4241J4mH1c54562572Ob.pdf>. Acesso em: 21/04/2015.

RIZZINI, Irene (Org.). **Crianças e adolescentes com direitos violados: Situação de Rua e Indicadores De Vulnerabilidade no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: CIESPI, 2010. Disponível em: http://www.ciespi.org.br/publicacoes/livros-e-periodicos?task=download&file=livro_pdf&id=48 . Acesso em: 29/11/2014.

SANTANA Judith Sena da Silva; CAMARGO, Clímene Laura de. **Violência contra crianças e adolescentes: um ponto de vista da saúde**. Disponível em: http://www.sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol5-n1/v.5_n.1-art6.refl-violencia-contr-a-crianca-e-o-adolescente.pdf . Acesso em: 27/03/2016.

SEVERINO, Antônio Joaquin. **Metodologia do trabalho científico**. Revista e atualizada. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIGNIFICADO de Vulnerabilidade Social (2014). Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/vulnerabilidade-social> . Acesso em: 10/06/2016.

SILVA, André Luiz Picolli da. **Infância Roubada**. Psico-USF, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v10n2/v10n2a14>. Acesso em: 14/05/2015.

STEPHANOU, Luis (org.). **Guia Para Elaboração de Projetos Sociais**. São Leopoldo, RS: Sinodal, Porto Alegre/RS: Fundação Luterana de Diaconia, 2003. Disponível em: http://fld.com.br.s125105.gridserver.com/arquivos/Guia_para_Elaborao_de_Projetos_Sociais.pdf . Acesso em: 29/11/2014.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. **Projetos sociais e relações de gênero: apontamentos para uma reflexão inicial**. Programa Salto para o Futuro, 2008. Disponível em: http://www.academia.edu/2067423/Projetos_sociais_e_rela%C3%A7%C3%B5es_de_g%C3%AAnero_-_apontamentos_para_uma_reflex%C3%A3o_inicial. Acesso em: 09/05/2015.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. **Desigualdade social e pobreza como consequência do desenvolvimento da sociedade**. IX simpósio internacional processo civilizador. Ponta Grossa. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais9/artigos/workshop/art15.pdf> . Acesso em: 21/04/2015.